



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO DE MARÍLIA
NÚCLEO DE FINANÇAS

1978

PROCESSO Nº: 00050/18

INTERESSADO: ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GARÇA

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS – TERMO DE COLABORAÇÃO / EXERCÍCIO 2017

PARECER CONCLUSIVO

A Prestação de Contas identificada pelo número de processo acima se encontra em conformidade com a destinação dos recursos repassados por esta Diretoria de Ensino – Região de Marília conforme dados abaixo. Esta foi analisada de acordo com as seguintes orientações: (I) Termo de Convênio e seus respectivos Aditamentos; (II) Plano de Trabalho; (III) Instruções nº 02/2016, alterada pela Resolução nº 03/2017, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e (IV) legislação vigente.

I – A localização e o regular funcionamento da beneficiária, descrevendo sua finalidade estatutária e descrição do objeto;

A instituição beneficiária atestou por meio do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral emitido pelo site da Fazenda Federal (vide folha nº 25 do Processo de Credenciamento nº 01435/2016), a sua localização e regular funcionamento à Rua Tapajós, 213, Vila Cascata, Garça/SP, CEP: 17.400-000.

Sua finalidade estatutária está discriminada no artigo 9º, e seu objeto está discriminado no artigo 3º, ambos do ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GARÇA - SP (vide folhas nºs 06 e 07 do Processo de Credenciamento nº 01435/2016).

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GARÇA-SP

Art. 3º - A Apae de Garça tem por MISSÃO promover e articular ações de defesa de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária.

Art. 9º - São os seguintes os fins desta APAE, nos limites territoriais do seu município, voltados a promoção de atividades de finalidades de relevância pública e social, em especial:

- I) Promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e transtornos globais do desenvolvimento, em seus ciclos de vida, crianças, adolescentes, adultos e idosos, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania;
- II) Prestar serviço de habilitação e reabilitação ao público definido no inciso I deste artigo, e a promoção de sua integração à vida comunitária no campo da assistência social, realizando



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO DE MARÍLIA
NÚCLEO DE FINANÇAS

- atendimento, assessoramento, defesa e garantia de direitos, de forma isolada ou cumulativa às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e para suas famílias;
- III) Prestar serviços de educação especial às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;
- IV) Oferecer serviços na área de saúde, desde a prevenção, visando assegurar uma melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla.

II – Relação dos repasses concedidos, identificando número, data e valor dos respectivos documentos de crédito, por fonte de recursos, bem como, os rendimentos financeiros auferidos;

Número Nota de Empenho	Datas	Fontes de Recursos	Valores
2017NE00113	01/01/2017	005003002	R\$ 105.000,00
TOTAL			R\$ 105.000,00

Datas	Ordem Bancária	Valores
06/03/2017	2017OB10270	R\$ 35.000,00
07/06/2017	2017OB43419	R\$ 35.000,00
15/09/2017	2017OB77054	R\$ 35.000,00
TOTAL		R\$ 105.000,00

Mês Referência	Valor
Janeiro/2017	R\$ 0,00
Fevereiro/2017	R\$ 0,00
Março/2017	R\$ 121,19
Abril/2017	R\$ 126,53
Maio/2017	R\$ 41,39
Junho/2017	R\$ 139,41
Julho/2017	R\$ 149,10
Agosto/2017	R\$ 69,71
Setembro/2017	R\$ 37,87
Outubro/2017	R\$ 79,70
Novembro/2017	R\$ 12,34
Dezembro/2017	R\$ 5,43
TOTAL	R\$ 782,67



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO DE MARÍLIA
NÚCLEO DE FINANÇAS

199 f

III - Datas das respectivas prestações de contas, bem como aplicação de sanções por eventuais ausências de comprovação ou desvio de finalidade;

A prestação de contas compreende o período de 01/01/2017 a 31/12/2017 conforme CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da Vigência do Termo de Colaboração. Recebemos a prestação de contas do ente beneficiário em 19/01/2018.

Não houve sanções por ausência de comprovação ou desvio de finalidade.

IV – Os valores aplicados no objeto do repasse, informando inclusive eventuais glosas;

O Plano de Trabalho previa a aplicação de R\$ 105.000,00 com o repasse estadual, sendo no máximo 20% com Despesas Administrativas, e houve saldo de aplicação financeira no valor de R\$ 782,67.

Conforme ANEXO RP-14, o município aplicou no objeto do convênio: R\$ 105.792,07, sendo R\$ 9,40 com recursos próprios, respeitando a porcentagem referente a Despesas Administrativas.

V – A devolução de eventuais glosas, saldos ou autorização formal para a utilização em exercício subsequente;

Não houve glosas, saldos ou autorização formal para a utilização em exercícios subsequentes.

VI – Se as atividades desenvolvidas com os recursos próprios e as verbas públicas repassadas se compatibilizam com as metas propostas, bem como os resultados alcançados, indicando o cumprimento do plano de trabalho, com exposição das razões da não consecução ou extrapolação das metas pactuadas;

As atividades desenvolvidas com as verbas públicas repassadas se compatibilizam com as metas propostas e estabelecidas no Plano de Trabalho, bem como os resultados alcançados, conforme Relatório Anual de Atividades Desenvolvidas (vide folhas nºs 09 a 11) e Relatórios dos trabalhos desenvolvidos e das metas atingidas autuados no Processo de Credenciamento nº 01435/16:

Relatórios dos trabalhos desenvolvidos e das metas atingidas	Páginas
Recebido em 26/05/2017	250 a 259
Recebido em 25/08/2017	266 a 277



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO DE MARÍLIA
NÚCLEO DE FINANÇAS

200 f

VII – O cumprimento das cláusulas pactuadas em conformidade com a regulamentação que rege a matéria;

As cláusulas pactuadas em conformidade com: a Lei nº 13.019/2014, a qual estabeleceu o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil; o Decreto nº 62.294/2016, que autorizou a Secretaria da Educação a representar o Estado; e a Resolução SE 26/2017, a qual o Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação delegou aos Dirigentes Regionais de Ensino a assinatura e as prorrogações dos referidos instrumentos, foram cumpridas durante a vigência do Convênio.

VIII – A regularidade dos gastos efetuados e sua perfeita contabilização, atestadas pelo órgão/entidade concessor(a);

O órgão concessor atesta que os recursos públicos foram aplicados em conformidade com o objeto do repasse, com o Termo de Convênio e com o respectivo Plano de Trabalho, e, conforme Demonstração do Resultado do Período/2017, (vide folhas nºs 182 e 183) os gastos foram perfeitamente contabilizados.

IX- A conformidade dos gastos às normas gerais sobre licitações e contratos administrativos definidos na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações;

Aplicável somente aos casos de repasses públicos a entidades do Primeiro Setor.

X – Que os originais dos comprovantes de gastos contêm a identificação da entidade beneficiária, do tipo de repasse e do número do ajuste, bem como do órgão/entidade repassador(a) a que se referem;

Atestamos que as cópias dos documentos de despesas correspondem aos originais, possuindo a identificação da entidade beneficiária, e constam carimbos com a identificação do tipo de repasse e do órgão repassador a que se referem.

XI – A regularidade dos recolhimentos de encargos trabalhistas, quando a aplicação dos recursos envolver gastos com pessoal;

O órgão concessor atesta a regularidade dos recolhimentos de encargos trabalhistas realizados pelo ente beneficiário, conforme Certidões Negativas de Débitos referentes aos Tributos Federais e ao FGTS (vide folhas nºs 192 e 193).



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO DE MARÍLIA
NÚCLEO DE FINANÇAS

2018

XII – O atendimento aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação e interesse público;

A execução do Convênio firmado atendeu aos princípios da Administração Pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação e interesse público.

XIII – A existência e o funcionamento regular do controle interno do órgão ou entidade público (a) conessor (a), com indicação do nome completo e CPF dos respectivos responsáveis;

O órgão conessor informa que até a data da elaboração deste parecer não consta funcionamento regular do sistema de controle interno.

XIV – Indicação quanto à realização de visita *in loco* pelo órgão ou entidade conessor(a), quando houver.

Foram realizadas duas visitas *in loco* pelo órgão conessor durante a vigência do Termo de Colaboração, conforme Termos de Visitas autuados no Processo de Credenciamento nº 01433/16:

Data Termo de Visita	Data da Visita	Páginas
1º - 25/05/2017	25/05/2017	260
2º - 23/08/2017	23/08/2017	278 a 281

Marília/SP, 06 de abril de 2018.



IVANILDE ELIAS ZAMAE
Dirigente Regional de Ensino